



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE DE IMPRENSA

NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Inquérito DCIAP

Ao abrigo do disposto no art. 86.º, n.º 13, al. b) do Código de Processo Penal, a Procuradoria-Geral da República torna público o seguinte:

No âmbito de um inquérito, dirigido pelo Ministério Público do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) em cuja investigação é coadjuvado pela Polícia Judiciária, encontram-se em curso oito buscas domiciliárias e quarenta e seis não domiciliárias.

No inquérito investigam-se factos suscetíveis de integrarem crimes de fraude na obtenção de subsídio, de participação económica em negócio e de corrupção.

Em causa estão práticas levadas a cabo no contexto de uma operação cofinanciada pelo Fundo de Coesão da União Europeia destinada à realização de *“Ações de Sensibilização e Implementação de Sistemas de Aviso às Populações para Prevenção do Risco de Incêndios Florestais”*, enquadradas nos Programas *“Aldeia Segura”*, *“Pessoas Seguras”* e *“Rede Automática de Avisos à População”*.

Neste contexto, as buscas decorrem em vários locais, incluindo no Ministério da Administração Interna, na Secretaria de Estado da Proteção Civil, na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e em Comandos Distritais de Operações de Socorro.

Atendendo a que em alguns destes locais se desenvolvem atividades operacionais, com vista a minimizar efeitos de acidentes graves ou catástrofes, designadamente relacionados com incêndios, a concretização das diligências de aquisição de prova foi



precedida de uma criteriosa análise da situação climática, sendo que as condições atmosféricas já haviam anteriormente ditado um adiamento das diligências, agora, em curso.

Ainda assim, o Ministério Público determinou a aferição no terreno da susceptibilidade de sustar a realização de alguma das buscas determinadas, no caso de comprometerem concretas acções de salvamento de vidas ou património em curso ou a desencadear.

Participam na operação seis magistrados do Ministério Público, cerca de 200 elementos da Polícia Judiciária (PJ), elementos da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e sete elementos do Núcleo de Assessoria Técnica (NAT) da Procuradoria-Geral da República.

As investigações prosseguem sujeitas a segredo de justiça.

Lisboa, 18 de setembro de 2019

O Gabinete de Imprensa